



TERMO DE REFERÊNCIA TÉCNICO

1. OBJETO

Contratação de empresa para execução do portal e da cobertura metálica no Parque Ângelo Zeglin Palu.

A obra deverá ser construída de acordo com as especificações que se seguem, dentro das normas de construção, obedecendo ao Projeto Arquitetônico, o qual será fornecido pelo Município de Mandirituba.

2. JUSTIFICATIVA

O Parque Ângelo Zeglin Palú é um espaço de lazer e eventos que atrai diferentes públicos em suas atrações. Além disso, ele se destaca na promoção da visibilidade do Município, colaborando de forma importante no fomento do setor turístico local. Entretanto, faz-se necessário que sua identidade visual seja fortalecida, visto que, no local não há comunicação visual que demarque seu acesso e nem sinalização que o identifique.

3. DOS LOCAIS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

O Portal e a cobertura deverão ser implantados na entrada principal de acesso ao Parque, BR 116, Km 137 - Vila Campo do Capão, Mandirituba-PR, CEP: 83800-000, com área de 181,12m², os quais deverão ser executados conforme Projeto Arquitetônico.

4. DA CONTRATAÇÃO

Antes de apresentar sua proposta, o LICITANTE deverá analisar todos os documentos do edital, sendo recomendada a vistoria do local da obra, com o objetivo de executar todos os levantamentos necessários ao desenvolvimento de seus trabalhos (custos), de modo a não incorrer em omissões, as quais não poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de acréscimo de preços (aditivos de obra), após contratada.

Não havendo manifestação formal em até 05 (cinco) dias úteis que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação, por parte da LICITANTE (empresa interessada em participar do certame licitatório em questão), sobre quaisquer vícios no projeto básico, segundo a lei nº 8.666/93 – (Planilha de Serviços, Projetos, Memoriais, e outros documentos) será interpretada como anuência ou aceite de todos os documentos acima citados, tornando-os necessários e suficientes para determinação dos custos, da definição dos métodos e do prazo de execução, para concluir a obra sobre o regime de a ser definido pela Secretaria Municipal de Administração, não cabendo solicitação de aditivo de serviço novos ou quantidades, assim como aditivo de prazo, sem ampla justificativa e parecer da fiscalização e do Departamento Jurídico do Município.

As composições de custos unitários elaboradas pela CONTRATANTE são instrumentos para a elaboração do orçamento estimativo. Não poderá haver nenhum pleito de alteração de valores da LICITANTE em função das composições apresentadas pela CONTRATANTE, após assinatura do contrato.

Cada LICITANTE deve elaborar suas composições de custos incluindo todos os materiais, equipamentos e mão-de-obra que entenderem necessário para a conclusão do serviço de acordo com a especificação técnica.

A LICITANTE deverá apresentar declaração que disponibilizará os equipamentos adequados para a execução dos serviços em todas as suas fases, no máximo 5 (cinco) dias corridos da data da ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE.

De acordo com as condições do Edital, serão incorporadas nos preços dos serviços em questão e que, por conseguinte, deverá ser computado, no valor global da sua proposta incluindo o BDI, os custos relativos as complementações e acessórios por acaso omitidos nos projetos, mas implícitos e necessários ao perfeito e completo funcionamento de todas as instalações, máquinas, equipamentos, aparelhos as ferramentas, os materiais, a mão de obra



(inclusive os encargos sociais), os insumos, todos os tipos de transporte, incorporadas nos preços dos serviços, quaisquer que sejam, as perdas ou desperdícios de insumos diretos ou indiretos, e tudo mais que for necessário para a execução, a conclusão e a manutenção das obras, sejam eles definitivos ou temporários, bem como mobilização e desmobilização de equipamentos e pessoal.

Não poderão ser realizados na obra processos industriais que empreguem produtos ou produzam e/ou desprendam resíduos corrosivos ou tóxicos sólidos, líquidos, pulverulentos ou gasosos, nem que sejam origem de ruídos que causem incômodo à obra ou à vizinhança.

Os técnicos do município tratarão as dúvidas técnicas sejam elas de projeto, orçamento, memoriais ou executivas, **somente** com o responsável técnico pela execução dos serviços, após agendado horário.

4.1 GESTOR DO CONTRATO/ FISCALIZAÇÃO DE OBRA E CONTRATADA

Empresa CONTRATADA - é a pessoa física ou jurídica signatária de contrato com a Administração Pública.

CONTRATANTE - é o órgão ou entidade signatária do instrumento contratual.

FISCAL DE OBRA - é um profissional legalmente habilitado para atuar na área específica em que se enquadram os serviços contratados, necessariamente registrado no CREA ou no CAU, designado pelo ordenador de despesa ou por quem este designar, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução da obra ou serviço de engenharia in loco. GESTOR DO CONTRATO- responsável por acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, verificando o cumprimento das disposições contratuais, principalmente as jurídicas e administrativas até a término sua vigência ou do termo equivalente.

Conforme orientação constante no Manual de Orientação para Contratação e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia – Tribunal de Contas do Estado do Paraná, segue orientação:

A FISCALIZAÇÃO DE OBRA

Iniciada após o início dos serviços.

Os representantes da FISCALIZAÇÃO da obra darão suas instruções diretamente ao preposto da CONTRATADA, o qual deverá ser o técnico responsável pela execução, conforme RRT ou ART apresentada na assinatura do contrato.

A FISCALIZAÇÃO e toda pessoa autorizada pela mesma terão livre acesso às obras, ao canteiro, e a todos os locais onde estejam sendo realizados trabalhos, estocados e/ou fabricados materiais e equipamentos relativos à execução dos serviços contratados.

O julgamento da compatibilidade de métodos e meios de produção com a obra será sempre faculdade intransferível e irrecorrível da FISCALIZAÇÃO. Se julgar necessário, a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a CONTRATADA a apresentação de informação, por escrito, dos locais de origem ou de certificados de conformidade ou de ensaios relativos aos materiais, aparelhos e equipamentos que pretende aplicar, empregar ou utilizar, para comprovação da sua qualidade. Os ensaios e as verificações serão providenciados pela CONTRATADA sem ônus para o CONTRATANTE e executados por laboratórios reconhecidos pela ABNT ou outros aprovados pela FISCALIZAÇÃO. É obrigatória a apresentação aos técnicos fiscais, de uma amostragem dos materiais e /ou produtos a serem utilizados na obra pela empresa contratada. E somente após **autorização expressa**, os materiais e/ou produtos poderão ser aplicados. Caso não ocorra a autorização e/ou a fiscalização julgue inapropriado sua utilização ou a forma de aplicação, poderá incorrer rejeição, sob pena de retirada por conta única e exclusiva da empresa contratada.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, subempreiteiros, entre outros.

A qualquer tempo a FISCALIZAÇÃO poderá solicitar a substituição de membro da equipe técnica da CONTRATADA, desde que entenda que seja benéfico ao desenvolvimento



dos trabalhos.

Não será permitido que o pessoal da CONTRATADA permaneça no canteiro fora dos horários de trabalho definidos. Caso ocorra necessidade de algumas atividades venham a ocorrer fora do horário padrão de execução de serviços (entre 7h e 18h) deverão ser precedidas de autorização expressa da FISCALIZAÇÃO, registrada no Diário de Obra.

A FISCALIZAÇÃO poderá admitir os subempreiteiros previamente autorizados pela Administração, sem que tal aprovação implique qualquer aceitação de transferência de responsabilidade. Todos em conformidade com as NRs definidas para o tipo de execução dos serviços.

A CONTRATADA:

Após a assinatura do contrato a EMPRESA aqui denominada a CONTRATADA, não poderá alegar que possíveis indefinições, omissões, falhas ou incorreções dos projetos ora fornecidos não poderão constituir pretexto para cobrar “serviços extras” e/ou alterar a composição de preços unitários. Nenhum trabalho adicional ou modificação do projeto fornecido pela CONTRATADA será efetivado sem a prévia e expressa autorização da FISCALIZAÇÃO, respeitadas todas as disposições e condições estabelecidas no contrato.

A CONTRATADA deverá cumprir a relação mínima de veículos, máquinas e equipamentos a serem disponibilizados para a execução dos serviços em todas as suas fases, conforme declaração formal de sua disponibilidade, apresentada no máximo 5 (cinco) dias corridos da data da ordem de serviço emitida pelo contratante, bem como providenciar a equipe técnica com profissionais devidamente habilitados necessário para a execução da obra até o cumprimento integral do Contrato e o cumprimento do cronograma físico financeiro proposto.

A CONTRATADA deverá apresentar ART ou RRT emitido pelo responsável técnico da empresa referente a obra a ser executada em até 2 (dois) dias após a assinatura do contrato.

Para as obras e serviços objetos destas especificações e projetos, caberá a CONTRATADA fornecer e conservar equipamentos mecânicos e os ferramentais necessários, usar mão-de-obra hábil e idônea, agrupando permanentemente em serviço **uma equipe homogênea e suficiente** de operários, mestres e encarregados que assegurem progresso satisfatório às obras, bem como obter os materiais necessários e em quantidades suficientes para a conclusão da obra no prazo fixado.

Considera-se sempre que a CONTRATADA dispõe da totalidade dos conhecimentos técnicos, gerenciais e administrativos e dos meios de produção necessários, suficientes e adequados à execução dos serviços para a realização do objeto, os quais deverá mobilizar e empregar com eficiência e eficácia no cumprimento do Contrato. Não caberá qualquer pleito de alteração dos valores contratados pela substituição de métodos e meios de produção incompatíveis com o conjunto dos serviços a realizar nas quantidades, prazos e qualidade requeridos.

A CONTRATADA deverá providenciar toda e qualquer documentação necessária à execução dos serviços contratados, atentando-se para a apresentação da documentação dos funcionários efetivos da obra (AO GESTOR DO CONTRATO/FISCAL DO CONTRATO), que deverá ocorrer no ato da assinatura da Ordem de Serviço emitida pelo CONTRATANTE.

A CONTRATADA deverá providenciar plano de execução do Portal e da Cobertura em estrutura Metálica conforme especificações técnicas descritas no orçamento para aprovação da fiscalização até o quinto dia após a assinatura do contrato.

A CONTRATADA apresentará declaração de ciência de que em qualquer momento que o Município solicitar laudos, ensaios, provas aconselháveis a cada tipo de instalações ou materiais, certificados referentes aos produtos utilizados (agregados, tintas, equipamentos, revestimentos, etc.) a mesma realizará às suas expensas, através de laboratórios de idoneidade comprovada e fornecerá os resultados à FISCALIZAÇÃO, que poderá aceitar ou não.



A CONTRATADA deverá avisar a Fiscalização, no mínimo, com 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, da concretagem dos elementos armados da estrutura, da remoção de qualquer forma de concreto e, quando for o caso, do início dos testes de operação das instalações elétricas e hidráulicas;

A CONTRATADA acatará, prontamente, às exigências e observações da fiscalização, baseadas nas especificações, projetos e regras técnicas.

É vedada a **subcontratação total** do objeto do presente Projeto Básico, permitindo-se a subcontratação, mediante aprovação prévia por escrito da administração para prestação dos serviços que requeiram o emprego de empresas ou profissionais especializados, sem prejuízo da responsabilidade direta e exclusiva da CONTRATADA, a qual se obriga a reparar, às suas expensas e nos prazos determinados pelo CONTRATANTE, todos os erros, vícios, defeitos, incorreções e falhas no serviço subcontratado sem qualquer ônus a CONTRATANTE. No momento da solicitação para subcontratação de algum serviço específico a CONTRATADA deverá apresentar a mesma documentação exigida no certame licitatório da empresa a ser subcontratada.

A CONTRATADA deverá levar em conta todas as precauções e zelar permanentemente para que as suas operações não provoquem danos físicos ou materiais a terceiros, cabendo-lhe, exclusivamente, todos os ônus para reparação de eventuais danos causados.

No caso em que A CONTRATADA venha, como resultado das suas operações, prejudicar áreas não incluídas no setor de seu trabalho, ele deverá recuperá-las deixando as conforme seu estado original.

Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução das obras e serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou danificação das demais obras em construção até sua definitiva aceitação.

Evitará interferências com as propriedades, atividades e tráfego de veículos na vizinhança do local dos serviços e obras, programando adequadamente as atividades executivas.

Responderá diretamente por todas e quaisquer perdas e danos causados em **bens ou pessoas, em equipamentos e redes, ao nível do solo, aéreos ou subterrâneos, de concessionárias como COPEL, SANEPAR, TELEFONIA E FIBRA-ÓTICA entre outros**, inclusive em propriedades vizinhas, decorrentes de omissões e atos praticados por seus funcionários e prepostos, fornecedores. Bem como originados de infrações ou inobservância de leis, decretos, regulamentos, portarias e posturas oficiais em vigor, devendo indenizar o Contratante por quaisquer pagamentos que seja obrigado a fazer a esse título, incluindo multas, correções monetárias e acréscimos de mora.

A CONTRATADA deverá cumprir as disposições legais, federais e estaduais pertinentes, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas, por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de culpa nas precauções exigidas no trabalho ou da utilização de materiais inaceitáveis na execução dos serviços.

A CONTRATADA cuidará para que as obras a serem executadas acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso, e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacentes aos locais da obra (ou serviços).

Todas as questões, reclamações, demandas judiciais, ações por perdas ou danos e indenizações oriundas de danos causados pela CONTRATADA serão de sua inteira responsabilidade, não cabendo responsabilidade solidária ou subsidiária por parte da CONTRATANTE.

A CONTRATADA assumirá total responsabilidade pela locação da obra, e providenciará, às suas expensas, quaisquer correções que se fizerem necessárias.

A CONTRATADA interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- Assim estiver previsto e determinado no Contrato;
- For necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos de Contrato



e de acordo com o projeto;

- Houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou a segurança dos trabalhos na forma prevista no Contrato;

- Houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da FISCALIZAÇÃO, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;

- A FISCALIZAÇÃO assim o determinar ou autorizar por escrito, no Diário de Obra.

Se, para facilitar seus trabalhos, a CONTRATADA necessitar elaborar desenhos de execução adicionais, além dos detalhamentos constantes dos desenhos apresentados pelo Município, deverá fazê-lo às suas expensas exclusivas, submetendo-os à aprovação da FISCALIZAÇÃO.

Os desenhos de execução adicionais, se necessários, poderão ser entregues por partes, de acordo com as prioridades e em função do cronograma da obra, em três vias, sendo uma delas devolvida a CONTRATADA após análise. Os serviços contidos nestes desenhos não poderão ser iniciados sem aprovação formal da FISCALIZAÇÃO.

Quando houver necessidade de movimentar ou modificar outros equipamentos e elementos existentes no local da obra a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à FISCALIZAÇÃO uma autorização para tais deslocamentos e modificações.

Também serão de responsabilidade da CONTRATADA todos os impostos, taxas, emolumentos, alvarás e encargos necessários à execução dos serviços. Nenhum pagamento adicional será efetuado em remuneração aos serviços descritos nesse documento.

A CONTRATADA deverá manter todos os documentos no canteiro de obra, como: **Alvará, Certidões, Licenças, incluindo documentos referentes aos funcionários, evitando interrupções por embargos.**

A CONTRATADA responsabilizar-se-á, de forma exclusiva, pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto deste documento, **não implicando responsabilidade direta, solidária ou subsidiária do Município.**

É de competência da CONTRATADA registrar no Diário de Obras todas as ocorrências diárias, bem como especificar detalhadamente os serviços em execução.

As despesas com despachantes, deslocamentos de funcionários, utilização de veículos, entre outros, que não forem computados nos itens próprios da Planilha Orçamentária serão sempre consideradas como incluídas no custo de administração central da CONTRATADA e não devem, portanto, constar nas composições de preços de serviços.

O cronograma elaborado pela CONTRATADA deverá ser entregue até 5 (cinco) dias após a assinatura do contrato para que possa ser cobrado da empresa, não podendo ultrapassar aos 30 (trinta) dias estipulados para execução da obra. Os prazos para cada entrega estão definidos no Edital e não poderão ser modificados. O atraso na entrega parcial poderá ensejar sanções conforme item específico.

Durante todo o período de obra e até o recebimento definitivo, a CONTRATADA deverá fornecer toda a assistência técnica necessária à solução de eventuais dúvidas detectadas nos projetos complementares de engenharia, bem como as surgidas neste período, independentemente de sua responsabilidade civil.

Deverá ser providenciada, pela CONTRATADA, baixas da ART/RRT de todos os envolvidos, junto ao CREA/CAU, em cuja jurisdição for exercida a atividade, entregando à FISCALIZAÇÃO toda a documentação referente a essas providências.

A CONTRATADA assumirá a integral responsabilidade e garantia pela administração da obra, execução de qualquer modificação, ou projeto alternativo que forem eventualmente por ele propostos e aceitos pelo CONTRATANTE, incluindo eventuais consequências advindas destas modificações nos serviços seguintes.

Será responsabilidade da CONTRATADA a observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por seus fornecedores.



4.2 REGISTRO DE OCORRÊNCIAS

São todos os documentos gerados entre o CONTRATANTE e a CONTRATADA, como atas de reuniões, diários de obra, correios eletrônicos, informações e ofícios, entre outros, que subsidiam e comprovam a coordenação do objeto pela FISCALIZAÇÃO em conjunto com a executante, além de fatos, observações e comunicações relevantes ao andamento do serviço.

4.3 DISCRIMINAÇÃO TÉCNICA

Informações descritas e detalhadas em Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Orçamentos.

4.4 ESPECIFICAÇÕES DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS

Informações descritas e detalhadas em Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Orçamentos, assim como as implícitas nas Normas da ABNT para realização dos serviços previstos para execução dos projetos.

4.5 INSTRUÇÕES TÉCNICAS

Informações descritas e detalhadas em Memoriais Descritivos, Projetos e Planilhas de Orçamentos, Normas.

4.6 APROVAÇÃO DE PROJETOS

Em caso de necessidade de revalidação da aprovação dos projetos, esta será de responsabilidade da CONTRATADA, com a devida aprovação da fiscalização.

4.7 DETALHAMENTO COMPLEMENTAR

Qualquer detalhamento complementar se necessário, será elaborado pela CONTRATADA, com o acompanhamento da empresa projetista/Fiscalização. As adequações dos desenhos, que se fizerem necessárias, deverão ser comunicadas à fiscalização para avaliação em conjunto com o autor do projeto.

Todas as eventuais modificações havidas no projeto durante a execução dos serviços e obras serão documentadas pela CONTRATADA, que registrará as revisões e complementações dos elementos integrantes do projeto, incluindo os desenhos “como construídos”. Apresentados no momento da medição final.

Os casos não abordados nos documentos apresentados (memoriais, planilha, projetos) serão definidos pela FISCALIZAÇÃO, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para a obra em questão.

Na eventualidade de conflitos de informações entre projetos, códigos, normas, as especificações e desenhos etc., prevalecerá o critério mais rigoroso, de melhor qualidade e eficácia, sendo que as questões remanescentes deverão ser apresentadas à FISCALIZAÇÃO, para aprovação por escrito, sempre antes de se iniciar o projeto e/ou execução de componentes das instalações ou dos serviços.

Em caso de divergência entre desenho de escalas diferentes, prevalecerão sempre os de maior escala. Na divergência entre cotas dos desenhos e suas dimensões medidas em escala, prevalecerão as primeiras, sempre consultada a FISCALIZAÇÃO.

Nenhuma modificação poderá ser feita nos desenhos e nas especificações dos projetos sem autorização expressa da FISCALIZAÇÃO.

A FISCALIZAÇÃO não aceitará a alegação de atraso dos serviços devido ao não fornecimento tempestivo dos materiais pelos fornecedores.

4.8 METROLOGIA E NORMALIZAÇÃO

Todas as grandezas mencionadas nestas e em quaisquer documentos relativos aos serviços e obras propostos deverão estar expressas nas unidades do Sistema Internacional de Unidades - SI, adotado também pelo Brasil em 1962 e ratificado pela Resolução nº 12 de



1988 do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - CONMETRO, de uso obrigatório em todo o Território Nacional.

Deverão ser respeitadas as Normas Técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, as portarias ministeriais e interministeriais e as normas das agências reguladora nos devidos serviços executados e na definição dos insumos, assim como as normas aceitas e aprovadas em âmbito internacional quando as normas nacionais não contemplam as especificações e serviços propostos.

Além disso, deverão ser respeitadas as Normas Regulamentadoras aprovadas pela Portaria nº 3.214 de 08/06/1978, em particular a NR-7 (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional), NR-9 (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais), NR-18 (Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção) e NR-35 (Trabalho em Altura).

4.9 PROJETO, MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E CRITÉRIOS DE ANALOGIA

Nenhuma alteração nas plantas, detalhes ou especificações, determinando ou não alteração de custo da obra ou serviço, será executada sem autorização da CONTRATANTE (por meio da FISCALIZAÇÃO).

Em caso de itens presentes no Memorial e Especificações Técnicas e não incluídos nos projetos, ou vice-versa, devem ser levados em conta na execução dos serviços de forma como se figurassem em ambos.

Os materiais a serem empregados, nas obras e nos serviços a serem executados deverão obedecer rigorosamente:

- a) As normas e especificações constantes neste documento bem como memoriais;
- b) As normas do DER, da ABNT;
- c) As disposições legais da União, do Governo Estadual e do Município onde será realizada a obra;
- d) Os regulamentos das empresas concessionárias;
- e) As prescrições e recomendações dos fabricantes;
- f) As normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- g) As normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho.

4.10 REGISTRO DE Ocorrências OU DIÁRIO DE OBRAS

Deverá ser instituído um livro Diário de Obra, ou Registro de Ocorrências, ou Livro de Ocorrências, que deverá possuir termo de abertura e páginas numeradas em 2 (DUAS) vias, sendo 1 (uma) destacáveis, ficando 1 com a empresa e outra com a fiscalização.

O Diário de Obra será apresentado ao Contratante no primeiro dia do início dos serviços e manter-se-á no local da obra até o seu término, sendo apresentada uma cópia a cada medição, para formular a documentação da fiscalização.

A comunicação entre a CONTRATADA e a FISCALIZAÇÃO deverá ser feita através do Diário de Obra, e por solicitações por escrito, quando da necessidade de urgências no pedido.

Além do preenchimento normal dos campos, a CONTRATADA deverá registrar, diariamente, o número e a qualificação dos operários em serviço, entrada e saída de materiais e equipamentos, condições climáticas que possam interferir no andamento dos serviços e uma descrição sucinta dos mesmos, assim como outros fatos passíveis de registro (acidentes de trabalho, por exemplo) e sempre **assinado pelo responsável técnico**. O mesmo deverá permanecer no canteiro de obras.

A FISCALIZAÇÃO irá assinar o diário de obras única e exclusivamente nos dias em que for vistoriar os serviços, porém o técnico responsável pela execução deverá assinar todos os dias, responsabilizando-se pelo fornecimento das informações contidas no Diário de Obras, na conclusão de cada fase de obra, destacará uma das vias para controle do CONTRATANTE.

O caderno completo, após o término da obra, **será entregue formalmente ao**



CONTRATANTE.

A FISCALIAÇÃO fará medição conforme previsto em contrato, após dada a ordem de serviço.

No momento da medição a CONTRATADA deverá apresentar para FISCALIZAÇÃO **memorial fotográfico juntamente com o relatório diário de obras, na fase da medição, ficando condicionado o pagamento até que o memorial seja apresentado, com** um mínimo de 2 fotos de cada ambiente (trecho), referente aos serviços executados na fase medida, assinada pelo responsável técnico pela execução.

4.11 ELEMENTOS DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Antes do início da execução de qualquer serviço a sinalização de segurança deverá ser instalada.

Haverá particular atenção para o cumprimento das exigências de proteger as partes móveis dos equipamentos e de evitar que as ferramentas manuais sejam abandonadas sobre passagens e superfícies de trabalho, respeitando-se, inclusive, o dispositivo que proíbe a ligação de mais de uma ferramenta elétrica na mesma tomada de corrente.

As ferramentas e equipamentos de uso nas obras serão dimensionados, especificados e fornecidos pela CONTRATADA em perfeito estado, prontas para o uso e atendendo aos graus de segurança exigidos para cada caso.

Serão obedecidas todas as recomendações, com relação à Medicina, Saúde e Segurança do Trabalho, contidas nas Normas Regulamentadoras (NR) aprovadas pela Portaria número 3214, de 08 de junho de 1978, do Ministério do Trabalho, publicada no DOU de 06 de julho de 1978, do Ministério do Trabalho, e pela portaria número 04, de 04 de julho de 1995, publicada no DOU de 07 de julho de 1995.

4.11.1 Equipamentos de Proteção Coletiva – EPC

Em todos os itens da obra deverão ser fornecidos e instalados pela Contratada os Equipamentos de Proteção Coletiva que se fizerem necessários no decorrer das diversas etapas da obra, de acordo com o previsto na NR-18 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos de segurança.

4.11.2 Equipamentos de Proteção Individual – EPI

Deverão ser fornecidos pela Contratada, aos seus funcionários e/ou subcontratados em casos previsto em lei, todos os Equipamentos de Proteção Individual necessários e adequados ao desenvolvimento de cada tarefa nas diversas etapas da obra, conforme previsto na NR-06 e NR-18 da Portaria nº 3214 do Ministério do Trabalho, bem como nos demais dispositivos legais de segurança.

Assim como em caso de determinação, da Federação, Estado ou Município for decretado o uso de qualquer equipamento de proteção individual.

4.12 MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO

Engloba as ações necessárias para o atendimento às exigências legais, federais e municipais, além daquelas constantes nas presentes especificações, referentes à Medicina e Segurança do Trabalho. Para todos os fins, inclusive perante a FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA será responsável, por todos os trabalhadores da obra, incluindo os ligados diretamente a eventuais subempreiteiros.

Todos os trabalhadores deverão estar uniformizados, e munidos dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) exigidos para cada tipo de atividade – como botas, capacetes, luvas, óculos, cintos trava-queda, entre outros.

Faz parte desse item toda a parte de sinalização, telas, guarda-corpos, barreiras, bandejas e demais Equipamentos de Proteção Coletiva (EPC), exigíveis por norma, que visem preservar a segurança dos empregados e a de terceiros.

Cabe a CONTRATADA responsabilizar-se pelo cumprimento das NR's – Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho Nº 4, 7, 18 e 35, bem como das



demaís NR's aplicáveis às medidas preventivas de acidentes de trabalho.

Conforme estabelecido pela NR-18 o canteiro de obras deverá ser dotado dos equipamentos abaixo:

- Água potável.
- Colocação de cone em PVC com faixa reflexiva,
- Treinamento CIPA/Admissional NR-18

O projeto e posterior execução das instalações provisórias deverão possuir condições mínimas de segurança, obedecer aos preceitos da NR-18, e outras normas aplicáveis à consecução de um ambiente salubre e tecnicamente seguro à natureza dos trabalhos realizados.

Nos casos pertinentes a CONTRATADA apresentara à Delegacia Regional do Trabalho, antes do início dos trabalhos, as informações pertinentes à sua identificação e ao objeto do contrato, bem como o Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção - PCMAT, de conformidade com a Portaria N.º 4/95 da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho e modificações posteriores.

A CONTRATADA responsabilizar-se-á pelo fiel cumprimento de todas as disposições e acordos relativos à legislação social e trabalhista em vigor, particularmente no que se refere ao pessoal alocado nos serviços e obras objeto do contrato. Atenderá às normas e portarias sobre segurança e saúde no trabalho e providenciar os seguros exigidos em lei, na condição de única e responsável por acidentes e danos que eventualmente causar a pessoa física e jurídica direta ou indiretamente envolvidas nos serviços e obras objeto do contrato.

Antes do início dos trabalhos, a CONTRATADA deverá apresentar à FISCALIZAÇÃO as medidas de segurança a serem adotadas durante a execução dos serviços e obras, em atendimento aos princípios e disposições da NR 18 - Condições e Meio Ambiente do Trabalho na Indústria da Construção e NR 35 – Trabalho em Altura.

Fornecerá aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual exigidos pela NR 6 - Equipamentos de Proteção Individual (EPI), bem como apresentar a ficha de recebimento de EPI, de cada funcionário, assinada, antes do início dos trabalhos solicitados na ordem de serviço, podendo ser solicitada em qualquer momento, **observado se constatada o descumprimento a fiscalização em qualquer momento poderá paralisar a obra, sem prejuízo para a contratante.**

Comunicará à FISCALIZAÇÃO bem como à autoridade competente todo tipo de acidente que ocorrer durante a execução dos serviços e obras, inclusive princípios de incêndio de maneira mais detalhada possível, por escrito, cabendo a empresa a responsabilidade civil e criminal pelos mesmos.

4.13 SUSPENSÃO DO TRABALHO POR MOTIVO DE SEGURANÇA

A FISCALIZAÇÃO poderá suspender qualquer serviço no qual se evidencie risco iminente, ameaçando a segurança de pessoas (usuários, funcionários ou transeuntes), equipamentos e/ou o patrimônio da Instituição.

As suspensões dos serviços motivadas por condições de insegurança, e consequentemente, a inobservância das normas, instruções e regulamentos aqui citados, não exime a CONTRATADA das obrigações e penalidades das cláusulas contratuais referentes a prazos e multas.

4.14 INSTALAÇÕES PROVISÓRIAS

Antes de mobilizar o canteiro de obras, a CONTRATADA deverá elaborar Programa de Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção – PCMAT, e empregá-lo rigorosamente enquanto durarem suas atividades. O documento deverá conter as prescrições da NR-9 e NR-18, devendo ser mantido no canteiro, a disposição da FISCALIZAÇÃO e do órgão regional do Ministério do Trabalho.

Além disso, obterá documentação referente à:

- Cadastro Nacional de Obras (CNO), relativo ao objeto do contrato e vinculado ao



registro dos operários a esta matrícula para prestação de contas mensal junto a contratante;

ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) /RRT (Relatório de Responsabilidade Técnica – documento referente a responsabilidade técnica, junto aos respectivos conselhos, quitada, referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei n.º 6496/77.

- Cópia do registro dos operários, através da CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social);

- **Sendo obrigatório o envio de cópias dessa documentação para a GESTOR DO CONTRATO/ (fiscal do contrato).**

4.15 DESPESAS DA CONTRATADA

As despesas relativas aos itens abaixo mencionados correrão por conta da CONTRATADA e já deverão estar inclusas nos custos apresentados:

- Alojamentos e estadia;
- Transporte de materiais e equipamentos;
- Transporte de pessoal administrativo e técnico, bem como qualquer acidente de trajeto ou ação judicial, decorrentes do transporte de pessoal administrativo, técnico e operários, serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão estar incluídos nos encargos sociais;
- Vigilância do Canteiro de Obras.

4.16 PLACAS DE IDENTIFICAÇÃO DA OBRA

Deverá ser alocada uma placa de obra em chapa de aço galvanizado com dimensões definidas e local a ser determinado pela FISCALIZAÇÃO com área definida pelo órgão financiador com no mínimo o previsto em planilha orçamentária. Manutenção e conservação da placa de obra até o recebimento definitivo da obra.

4.17 ARREMATES FINAIS

Após a conclusão dos serviços de limpeza, a CONTRATADA se obrigará a executar todos os retoques e arremates necessários, apontados pela FISCALIZAÇÃO.

4.18 LIMPEZA PERMANENTE DA OBRA

Refere-se à limpeza permanente do canteiro de obras. A área de trabalho deverá ser limpa pelo menos uma vez por dia, preferencialmente no final dos trabalhos, devendo ser instalados caçambas/containers específicos para o uso de entulhos, em local acordado com a FISCALIZAÇÃO. A CONTRATADA cuidará para que todas as partes do canteiro de obras e da própria obra permaneçam sempre limpas e organizadas.

Ao final do dia o local da obra deverá sempre estar limpa, não sendo admitidos, resto de materiais espalhados.

As caçambas com entulhos deverão ser periodicamente removidas do canteiro e encaminhados às áreas de deposição liberadas pelo órgão regional competente, por conta única e exclusiva da CONTRATADA.

Toda eventual sobra de material a ser descartado, lixo e entulho existentes e gerados na execução dos serviços deverão ser transportados pela contratada, para local apropriado para descarte, sem prejuízo a contratante.

Sempre que solicitado pela FISCALIZAÇÃO, a CONTRATADA deverá fornecer relatório dos serviços executados, composto de uma breve descrição das atividades desenvolvidas e de planilhas de cálculo, se necessário, desenhos.

Os detritos resultantes das operações de transporte ao longo de qualquer via pública serão removidos imediatamente pela CONTRATADA, às suas expensas a CONTRATADA será responsável, nas áreas em que estiver executando os serviços, pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, telégrafo ou telefone, dutos de água, esgoto e drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública,



no local da dos serviços e adjacentes, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que nelas provocar, deixando-as conforme seu estado original.

5. PRAZO DE EXECUÇÃO E FONTE DE REFERÊNCIA

5.1 PRAZO DE EXECUÇÃO

Prazo de execução de 30 (trinta) dias contados a partir da data de emissão da ordem de serviço pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo.

5.2 FONTE DE REFERÊNCIA

A fonte de referência utilizada para elaboração da planilha de preços do edital foi a Tabela do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índice da Construção Civil – SINAPI/PR sem desoneração, data de referência técnica abril/2023, utilizado o Catálogo de Composições Analíticas 04/2023, ambos disponíveis no site da Caixa Econômica. O BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) utilizado na elaboração da planilha de preços do edital foi de 21,49% sem desoneração, composto conforme planilha do acórdão 2622/2013 do TCU (Tribunal de Contas da União), para obras de construção civil.

5.3 ELABORAÇÃO DA PLANILHA DE SERVIÇOS E BDI

Para formulação do BDI (Bonificação e Despesas Indiretas) a empresa deverá utilizar-se dos parâmetros do acórdão - 2622/2013 do TCU (Tribunal de Contas da União) representada pela Lei 13.161/2016 – Artigo 7º -31/08/2016 Alteração da Contribuição Previdenciária s/ Receita Bruta, representada pela seguinte fórmula e contendo os itens mínimos.

A Planilha de Serviços deverá apresentada utilizando-se a função arredondar com duas casas decimais, onde será multiplicada a quantidade pela soma do preço unitário de material mais mão de obra, ambos com BDI. Em todos os preços unitários deverão estar **INCLUSO O BDI**. Observados que os preços totais de cada item não poderão ser superiores aos valores constantes **NA PLANILHA DE SERVIÇOS DA PRESENTE LICITAÇÃO**.

Observados que os preços totais de cada item não poderão ser superiores aos valores constantes **NA PLANILHA DE SERVIÇOS DA PRESENTE LICITAÇÃO**.

Somente para a EMPRESA vencedora do certame licitatório será solicitada a apresentação da formulação da planilha de BDI, conforme acórdão, em papel timbrado da empresa assinada pelo responsável técnico e pelo proprietário, obrigatoriamente cumprindo os limites estipulados no acórdão, porém os preços apresentados na planilha de serviços deverão estar com o BDI, incluso.

6. RESPONSÁVEL PELO ACOMPANHAMENTO DO CONTRATO E FISCAL DE OBRA

A FISCALIZAÇÃO dos serviços, será feita através do Servidor Carlos Eduardo de Andrade (Engenheiro Civil – CREA-PR 178633/D), matrícula 4102 da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, qualificado e devidamente credenciado para o recebimento.

GESTOR - a gestão do contrato será feita através do Servidor Bernardo Rosaldo da Rocha Júnior, Secretário de Obras e Urbanismo, matrícula 4146.

6.1 OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Fiscalizar a execução dos serviços e dos termos contratuais, emitir ordem de serviço, realizar medições mensais, emitir termo de recebimento de obra.



7. CONDIÇÕES E PRAZOS DE PAGAMENTO

Pagamentos serão executados conforme medição apresentada pelo técnico fiscal e atestada pelo responsável técnico pela execução dos serviços.

A CONTRATADA deverá apresentar juntamente com o relatório **diário de obras** atestada pelo técnico responsável pela execução dos serviços, referente ao período da medição e o **memorial fotográfico**, este contendo no mínimo 2 (duas) fotos de cada fase pertencente à respectiva etapa da obra medida.

O faturamento de cada parcela deverá ser apresentado, conforme segue, de modo a padronizar condições e forma de apresentação:

I) A nota fiscal com a discriminação resumida dos serviços executados, período de execução da etapa, número da licitação e do Contrato, número do Contrato de Repasse e o nome do programa observação referente à retenção do INSS, com destaque do valor do recolhimento, identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que seja possibilitado ao CONTRATANTE efetuar o depósito bancário e outros dados que julgar convenientes, acompanhada da medição que será expedida pela Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo, deverão ser apresentadas e protocoladas, na sede do CONTRATANTE; além destas informações exigidas convencionalmente no corpo da nota, **deverá ser acrescido o número da CNO (Cadastro Nacional de Obras)**.

8. VALOR MÁXIMO

Valor máximo global de **R\$ 337.149,41** (trezentos e trinta e sete mil, cento e quarenta nove reais e quarenta e um centavos).

9. CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DOS SERVIÇOS

Todos os serviços, materiais e suas aplicações devem obedecer rigorosamente às boas técnicas usualmente adotadas no campo de engenharia, em estrita consonância com as normas técnicas em vigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT. Sendo os materiais empregados comprovadamente novos e de primeira qualidade, assim como detalhe em projetos e memoriais.

Em casos de necessidade de aditivo de prazo para execução do objeto da CONTRATADA esta deverá solicitar com no mínimo 15 (quinze) dias de antecedência e acompanhada de justificativa técnica plausível bem como a apresentação de um novo cronograma, para avaliação da administração, podendo esta dar ou não anuência ao aditivo. O aditivo de prazo não exime a empresa de multas contratuais previstas.

10. DAS PENALIDADES

À CONTRATADA quando não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, declarar falsamente ou cometer fraude fiscal, poderá ser aplicada, pela autoridade competente do CONTRATANTE e sem prejuízo da reparação dos danos a ele causados, as seguintes penalidades:

- a) Advertência;
- b) Multa de mora de 0,1% (zero vírgula, um por cento) ao dia, sobre o valor da parcela recebida por dia de atraso, limitado a 90 (noventa) dias. Após este prazo, este Termo será encaminhado para abertura de Processo Administrativo;
- c) Multa compensatória, em caso de inadimplência parcial, de 5% (cinco por cento) sobre o valor da parcela inadimplida;
- d) Multa compensatória, em caso de inadimplência total, de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato;



- e) Suspensão do direito de licitar junto ao CONTRATANTE, pelo prazo que o Prefeito Municipal determinar, até no máximo 2 (dois) anos, nas seguintes hipóteses:
 - e.1) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração;
 - e.2) não mantiver sua proposta;
 - e.3) abandonar a execução do contrato; e
 - e.4) incorrer em inexecução contratual.
- f) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo que o Prefeito Municipal de Mandirituba determinar, até no máximo de 5 (cinco) anos, nas seguintes hipóteses:
 - f.1) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
 - f.2) apresentar documento falso;
 - f.3) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
 - f.4) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagens de qualquer tipo; ou
 - f.5) agir de má fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
 - f.6) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - f.7) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica;
 - f.8) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da Lei.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

A contratada deverá ser empresa de engenharia com registro no CREA/CAU, possuindo vínculo empregatício com o responsável técnico para acompanhamento dos serviços referentes ao objeto do contrato, com atribuições comprovadas para esse tipo de atividade técnica, através de acervo técnico de obra **concluída**, de serviço correlato ao contrato.

O técnico responsável (engenheiro/arquiteto) pela execução dos serviços no local da obra, deverá possuir visto no CREA/ CAU da Paraná e ser o mesmo profissional que apresentou o acervo técnico e emitiu / assinou a ART/RRT de execução da obra. Poderá ser aceito mediante aprovação pela fiscalização, um corresponsável técnico para a execução dos serviços, desde que este tenha capacidade técnica (acervo) semelhante ao exigido para o responsável no edital da licitação, e possua também o visto no CREA/CAU-PR.

Todos os serviços, materiais e suas aplicações devem obedecer rigorosamente às boas técnicas usualmente adotadas no campo da engenharia e da construção civil, em estrita consonância com as normas técnicas (NBR) em vigor da Associação Brasileira de Normas Técnicas- ABNT, Normas técnicas. Sendo os materiais empregados comprovadamente novos e de primeira qualidade.

A Empresa Licitante e seu(s) responsável(is) técnico(s) deverão estar em dia com o pagamento da respectiva anuidade.

Deverão comprovar aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de:

A. Certificado de Registro junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, dentro de seu prazo de validade; No Certificado deverá constar, no mínimo um Responsável Técnico;

B. Certificado de Registro do (s) Responsável (eis) Técnico (s) indicado (s) que



executarão o objeto do presente edital, junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU dentro de seu prazo de validade, sendo no mínimo 01 (um) engenheiro **ou** 01 (um) Arquiteto.

- C. Atestado (s) e/ou declaração (ões), **em nome da proponente**, expedido (s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada, em quantidade igual ou superior conforme definido a seguir:

Quadro discriminativo das quantidades mínimas a serem comprovadas pela Empresa Proponente:

ITEM	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	EXIGÊNCIAS TÉCNICAS	
		Quantitativo Licitado	Quantidade Mínima a ser Comprovada
01	Execução de obra em estrutura metálica	181,12 m ²	80,00 m ²

OBS: Para atendimento das quantidades mínimas acima, deverá ser atendida em um do (s) atestado (s) sendo permitida a soma das quantidades de um mesmo serviço com a apresentação de, no máximo, 3 (três) atestados.

- D. A declaração acima exigida deverá ser acompanhada de “Certificado de Acervo Técnico Profissional – CAT” do responsável (eis) técnico (s) indicado (s), emitido (s) pelo “Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU”, de execução de, no mínimo, uma obra de semelhante complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à solicitada;

- E. Comprovação de vínculo, por meio de registro em carteira e ficha de registro ou contrato de prestação de serviços, entre o responsável técnico pela execução da obra e a proponente. Para dirigente ou sócio de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio da cópia da ata da assembleia de sua investidura no cargo ou contrato social;

OBS: O (s) profissional (is) indicado (s) pela empresa licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional deverá(ão) participar dos serviços objeto da licitação, admitindo-se, excepcionalmente, a substituição por profissional (is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Secretaria de Municipal de Obras e Urbanismo.

- F. Atestado de visita expedido pelo licitador. A proponente, por meio de representante devidamente habilitado junto ao CREA/CAU, quando da visita ao local da obra, deve obter, por sua exclusiva responsabilidade, toda a informação necessária para o preparo de sua proposta. **A visita ao local deverá ser agendada pelo telefone (41)3626-1122, ramal: 237 (c/ Carlos Eduardo de Andrade), data limite para o agendamento é 01 dia útil antes da abertura das propostas; ou** declaração formal assinada pelo responsável técnico da proponente, sob as penalidades da lei, de que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, assumindo total responsabilidade por esse fato e informando que não o utilizará para quaisquer questionamentos futuros que ensejem avenças técnicas ou financeiras com a contratante;
- G. Declaração de responsabilidade técnica, indicando o responsável técnico pela execução da obra até o seu recebimento definitivo pelo licitador.

É vedada, sob pena de inabilitação, a indicação de um mesmo responsável técnico, ou utilização de seu acervo técnico, por mais de uma proponente.



12. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

- A.** Certidão negativa de **falência e recuperação judicial ou extrajudicial, ou de certidão que comprove plano de recuperação acolhido ou homologado judicialmente**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em data não anterior a 60 (sessenta) dias da abertura da sessão pública, se outro prazo não constar do documento.
- B.** Demonstrações financeiras do último exercício social (balanço patrimonial anual com demonstrações contábeis de resultados e notas explicativas), já exigível. O balanço patrimonial anual com as demonstrações contábeis, devidamente assinados por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade e o representante legal da empresa, deverá vir acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário, devidamente registrados e assinados. O balanço das sociedades anônimas ou por ações deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial. O (s) mesmo (s) deverá (ão) ser assinado (s) por profissional da contabilidade registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- C.** Prova de capacidade financeira conforme *Modelo n.º 05*, apresentando as demonstrações contábeis do último exercício social. Deverão ser apresentados os índices de:

Liquidez geral (LG); liquidez corrente (LC); e Solvência Geral (SG), tais índices serão calculados como se segue:

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$$

$$LC = (AC / PC)$$

$$SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$$

Sendo:

AC - ativo circulante

PC - passivo circulante

AP - ativo permanente

RLP - realizável a longo prazo

ELP - exigível a longo prazo

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais, desprezando-se as demais, obedecendo-se os seguintes limites:

(LG) (valor maior que)	(LC) (valor maior que)	(SG) (valor maior que)
1	1	1

- D.** Comprovação do patrimônio líquido de valor igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;



OBS: o valor do patrimônio líquido poderá ser atualizado pela proponente, para a data limite estabelecida para o recebimento das propostas (envelopes n. °1 e n. ° 2), por meio de índices oficiais específicos para o caso;

13. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO E ADICIONAL

A proponente vencedora deverá apresentar, na assinatura do termo de Contrato de Empreitada, a formalização da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, que servirá de garantia à fiel observância das obrigações contratuais.

O valor da garantia de execução será obtido pela aplicação de 5% (*cinco por cento*) sobre o valor contratual, acrescido da garantia adicional se houver.

O recolhimento da garantia de execução e da garantia adicional, se houver, deverá ser efetuada nos termos do Art. 56, § 1º, I, II e III da Lei Federal n. ° 8.666/1993.

Qualquer majoração do valor contratual obrigará a contratada a depositar, nas mesmas modalidades do item anterior, valor correspondente a 5% (*cinco por cento*) do valor da alteração. No caso de redução do valor contratual, poderá a contratada ajustar o valor da garantia de execução, se assim o desejar. No caso de prorrogação dos prazos contratuais, as garantias deverão ser devidamente prorrogadas.

A contratada perderá a garantia de execução e a garantia adicional, se houver, quando:

- a) Da inadimplência das obrigações e/ou rescisão unilateral do Contrato de Empreitada;
- b) Quando do não recebimento provisório e definitivo e/ou não aceitação da obra pelo licitador.

A devolução da garantia de execução ou o valor que dela restar, dar-se-á por requerimento mediante a apresentação de:

- a) Termo de recebimento definitivo;
- b) Certidão negativa de débitos expedida pelo INSS, referente ao objeto contratado concluído;
- c) Comprovantes, nos casos previstos, de ligações definitivas de água e/ou energia elétrica. As despesas referentes ao consumo de água e energia, durante a execução do objeto, são de inteira responsabilidade da contratada.

14. DO RECEBIMENTO DA OBRA

O objeto da presente licitação será recebido nos termos da LEI 8.666/93:

“Art. 73. executado o contrato, o seu objeto será recebido:

I - Em se tratando de obras e serviços:

Provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do contratado;

Definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais, observado o disposto no Art. 69 desta lei;

[...]



§ 2º O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra ou do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

§ 3º O prazo a que se refere a alínea "b" do inciso I deste artigo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, salvo em casos excepcionais, devidamente justificados e previstos no edital.

§ 4º Na hipótese de o termo circunstanciado ou a verificação a que se refere este artigo não serem, respectivamente, lavrado ou procedida dentro dos prazos fixados, reputar-se-ão como realizados, desde que comunicados à administração nos 15 (quinze) dias anteriores à exaustão dos mesmos.

Art. 76. A administração rejeitará, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato."

O recebimento dos serviços dar-se-á pela verificação da qualidade e quantidade constantes no projeto básico e consequente aceitação pelos recebedores, que deverá ser anotada em "relatório" a ser efetivado pela licitante vencedora, visando o controle dos serviços executados, que deverão observar as especificações no Projeto Básico apresentada nos Anexos deste Edital.

O objeto do contrato será recebido provisoriamente, em no máximo 15 (quinze) dias, após a comunicação ao CONTRATANTE da conclusão do objeto deste contrato pela CONTRATADA, mediante termo circunstanciado, ficando esta responsável pelo bom funcionamento dos serviços executados até o seu recebimento definitivo, exceto por danos que sejam de responsabilidade do CONTRATANTE. A aceitação da obra pelo CONTRATANTE se dará quando não houver qualquer pendência por parte da CONTRATADA.

No termo de recebimento provisório serão indicadas as eventuais correções e complementações consideradas necessárias ao recebimento definitivo, bem como estabelecido o prazo para a execução dos ajustes.

Caso dos serviços serem considerados insatisfatórios, será lavrado termo de recusa, no qual se consignará as desconformidades verificadas, devendo ser substituído, na forma do Art. 69 da 8.666/93.

"Art. 69. O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados."

Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo, determinando sua substituição, devendo a CONTRATADA fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, mantido o preço inicialmente contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Se disser respeito à diferença das características do objeto, deverá a CONTRATADA fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, mantido o preço inicialmente contratado, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

Ao CONTRATANTE não caberá qualquer ônus pela rejeição dos serviços considerados inadequados pelo fiscal. Qualquer serviço, material e/ou componente ou parte do mesmo, que apresente defeitos, vícios ou incorreções, enquanto perdurar a vigência da garantia previsto no ordenamento jurídico, deverá ser prontamente refeito, corrigido, removido, reconstruído e/ou substituído pela CONTRATADA, livre de quaisquer ônus financeiro para o CONTRATANTE.

Entende-se por defeito, vício ou incorreção oculta aquele resultante da má execução ou má qualidade de materiais empregados e/ou da aplicação de material em desacordo com



as normas e/ou prescrições da ABNT, das NR, especificações técnicas e/ou memoriais, não se referindo aos defeitos devidos ao desgaste normal de uso. Correrão por conta da CONTRATADA as despesas relacionadas com a correção, remoção e/ou substituição do material rejeitado.

No Termo de Recebimento Definitivo, será emitido por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, ou vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

O recebimento definitivo do objeto deste contrato deverá estar formalizado até 90 (noventa) dias do Recebimento Provisório, mediante comissão especificamente designada pelo CONTRATANTE. Decorrido esse prazo, sem qualquer manifestação do CONTRATANTE, a(s) obra (s) será(ão) considerada(s) como recebida(s) definitivamente.

15. ANEXOS

Fazem parte deste Projeto Básico:

- ✓ Planilha de Orçamentária
- ✓ Cronograma Físico Financeiro (Base)
- ✓ Memorial Descritivo
- ✓ Composições
- ✓ Projetos
- ✓ ART e RRT de Projetos e Orçamento

Mandirituba, 31 de maio de 2023.

Heloisa Carolina Chibicheski
Arquiteta e Urbanista
CAU A058818-0

Alysson Gonçalves Quadros
Engenheiro Civil
CREA-PR 65603/D